

ESCOLA informação

Digital

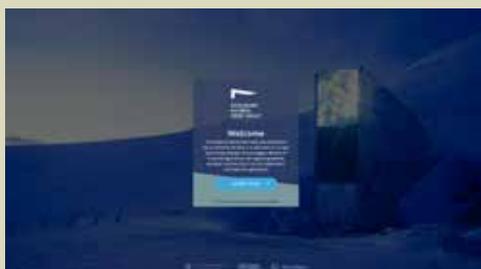
nº 40.maiο/jun.2023 | 
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL



**A luta é justa.
Tem de continuar!**

Dossier:
Eleições no SPGL:
a vida democrática em ação

Sites e Blogs



Silo Global de Sementes

<https://virtualtourcompany.co.uk/Global-SeedVault/index.html>

O Svalbard Global Seed Vault, Silo Global de Sementes de Svalbard, é uma grande estrutura de betão construída 100 metros dentro de uma montanha no arquipélago norueguês de Svalbard.

A estrutura, financiada e gerida pela Noruega, foi construída em 2008 para constituir uma reserva que garantisse a diversidade genética das culturas.

Cerca de 1.200.000 sementes, de mais de 100 países e 85 instituições de preservação da biodiversidade de todo o mundo, estão aí guardadas em caixas. No total, mais de 5 mil espécies vegetais estão armazenadas no Silo Global de Sementes, mantidas a uma temperatura constante de -18°C.

Em setembro de 2015, houve a primeira retirada de sementes para repor um banco genético de Aleppo, na Síria, que foi parcialmente danificado devido à guerra no país. Como forma de assinalar o seu 15.º aniversário, o 'cofre do apocalipse', como também é conhecido e que sempre esteve vedado ao público, pode agora ser visitado virtualmente.



Ancient Athens 3D

<https://ancientathens3d.com/>

"Atenas foi oficialmente libertada em 31 de março de 1833, com a saída da guarda turca da Acrópole. Os planos de reconstrução começaram imediatamente e em 18 de setembro de 1834, Atenas foi declarada a capital da Grécia".

Este é um dos factos que pode aprender em Ancient Athens 3D - Atenas Antiga 3D. O site foi criado para apresentar os monumentos e edifícios de Atenas desde o período micénico (1600 aC) até ao período 1833 dC, por meio de reconstruções em 3D e relata um pouco da história de Atenas.

Pode começar a sua viagem virtual escolhendo um dos períodos históricos no menu principal. Os períodos foram separados tendo em conta as mudanças arquitetónicas e urbanísticas significativas e não as cronológicas históricas equivalentes (embora coincidam em grande medida).

Cada período inclui uma lista de monumentos e áreas. Em cada monumento há uma breve descrição e outras informações juntamente com a sua reconstrução 3D. Para cada período há um curto relato histórico.

Sofia Vilarigues

Contra o mito do tudo ou nada

1. Apesar de uma luta intensa (greves, manifestações, protestos), o objetivo central da luta dos professores e educadores – a contagem integral do tempo de serviço trabalhado – não foi minimamente alcançado. Como não foi alcançado outro objetivo que mobiliza muitos docentes: o fim das quotas e das vagas de acesso aos 5º e 7º escalões da carreira.

2. A ausência de vitórias significativas (há algumas vitórias pontuais) nos últimos anos foi o terreno que permitiu o aparecimento de um radicalismo, aliás fictício, que por vezes assumiu claramente um posicionamento contra os sindicatos e o sindicalismo. Bastava, para eles, ser criativo, imaginar inovadoras formas de luta, ser radical no discurso para que se ganhasse. E ganhar-se-ia tudo, porque o que não fosse “tudo” seria sempre uma derrota. Atitudes que só prejudicaram a luta dos docentes.

3. Sem esconder que os objetivos centrais não foram atingidos, há que reconhecer o que de positivo, contudo, se alcançou. No diploma final sobre os concursos foi possível evitar os aspetos mais gravosos das intenções do ministério, plasmados na versão inicial. Evitou-se a colocação pelos diretores, consolidou-se o princípio da colocação por concurso nacional, a anualidade dos concursos pode ser favorável aos professores, a reformulação da dimensão dos quadros de zona pedagógica, sobretudo se o M.E concretizar a anunciada abertura de 20.000 vagas em quadros de escola, pode possibilitar a aproximação à residência de muitos docentes. A vinculação de cerca de 10.000 professores é positiva. Do diploma que o ministro batizou como “medidas para atenuar as assimetrias da carreira docente” não se conhece a versão final. Mas, se a versão final for a que se conhece, ela terá de merecer a oposição dos sindicatos porque, apesar de beneficiar na progressão da carreira um número significativo de docentes, conduz a indefensáveis ultrapassagens indevidas e a graves injustiças relativas. O presidente da República parece estar disso consciente...

A luta desenvolvida pelos professores teve o condão de colocar a falta de docentes, situação que tende a agravar-se, como tema forte no cenário político e junto da população. Há que saber aproveitar a situação criada.

4. A luta não foi em vão. Vai continuar, conduzida pelos sindicatos representativos da classe docente. Mas há que repensar a estratégia para que a luta tenha ganhos palpáveis nas matérias cruciais: a regularização da carreira docente, o fim das quotas e das vagas, o combate à falta de professores. ■

Miguel André

Nº40 MAIO/JUN. 2023

SUMÁRIO



[2. Sugestões](#)

[4. Editorial](#)

[5. Dossier. Eleições SPGL:](#)

[a vida democrática em ação](#)

[6. Eleições 2023/2027 - Saudação](#)

[8. Número de sócios e número de votantes: uma “evolução” a seguir com atenção](#)

[9. A nova Comissão Executiva](#)

[10. Breve entrevista com a nova direção do SPGL - O elogio da unidade e da diversidade](#)

[20. Uma campanha em tempos de luta](#)

[21. Cidadania](#)

[A cultura “woke” contrário especular da extrema-direita](#)

[23. Escola/Professores](#)

[23. Caravana na EN2 reforçou a luta dos professores](#)

[24. 6.6.23 foi dia de greve e manifestações](#)

[25. Greves às avaliações e aos exames Ministério recorre aos “serviços mínimos”](#)

[26. Sindicatos da Plataforma enviam carta aberta ao ministro da Educação](#)

[27. Escola Secundária de S. João da Talha comemora o 25 de Abril](#)

[28. Opinião](#)

[“Ter uma visão de futuro”](#)

[29. Aos Sócios](#)

[33. Consultório Jurídico](#)

[Contrato a termo resolutivo](#)



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . Chefe de Redação: Manuel Micaelo . Conselho de Redação: António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal . Redação: Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha. Capa: D. Petinha/Joana Rodrigues. Fotografia: Joana Rodrigues. Composição: Fátima Caria . Revisão: Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Feliciano Costa

DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

SPGL, um Sindicato sempre presente, sempre atuante e reivindicativo

Um ano letivo está a chegar ao fim, marcado com os mesmos problemas que assinalaram o seu início: um ministro que continua a desrespeitar os professores, mesmo perante uma grande expressão da indignação, a qual foi claramente demonstrada em centenas de iniciativas, plenários, concentrações, desfiles, cordões humanos, greves distritais, greves nacionais e grandes manifestações. Relembre-se, a título exemplificativo, a mais recente iniciativa, no simbólico dia 6,6,23, assinalado com uma greve de grande expressão nacional e duas grandes manifestações, uma em Lisboa e outra no Porto, com a presença de milhares docentes que claramente demonstraram o seu grau de insatisfação e a determinação em não parar a luta.

Esta foi a equipa ministerial que iniciou vários processos ditos de negociação com as estruturas sindicais e, logo no primeiro, lançou um anátema sobre todos os professores que recorrem ao regime de mobilidade por doença, afirmando alto e em bom som que era preciso moralizar o sistema e acabar com as fraudes. Depois de dado o mote, essa equipa iniciou o processo de alteração a este destacamento, ignorando todas as exposições e recomendações feita por centenas de professores, pela Provedora da Justiça e por outras entidades. O resultado final produziu alterações que, além de injustas, são desumanas, não permitindo que milhares de docentes, com doença comprovada, possam usufruir de proteção na doença ou, requerendo-a, correm o risco de serem colocados mais longe do seu local de residência. Por conseguinte, são obrigados a percorrer semanalmente centenas de quilómetros, um grande calvário para quem se encontra obviamente muito fragilizado.

Depois, os concursos e a precariedade, em que, apesar da luta ter permitido alguns avanços em relação às propostas iniciais, mantiveram-se, ainda assim, algumas linhas vermelhas no documento. As ultrapassagens na vinculação, a obrigação de candidatura a todo o país por parte de quem vincula e a integração dos docen-

tes de QE/QA na segunda prioridade na Mobilidade Interna, entre outros. Mas é importante recordar as “pérolas” que constavam do documento inicial, com grande sustentação teórica nos argumentos do ministro. Vejamos: A graduação profissional exclui muitos dos melhores professores, por isso é melhor serem os diretores a escolhê-los. Os quadros de pessoal (QA/QE/QZP) não servem bem as necessidades do sistema, logo a solução são os mapas de pessoal. Vamos ter de redimensionar os QZP, que passam de 10 para 23, ou seja, coincidem com as CIM (Comunidades Intermunicipais).

Em relação a esta última proposta, afirmámos que não seriam as autarquias a colocar professores, mas que provavelmente exerceriam grande influência e, sobre isso, ninguém tem dúvidas. Mais recentemente, fomos confrontados com a aprovação de um diploma que, além de não recuperar nada do tempo de serviço congelado, ainda produz mais ultrapassagens. Um documento que exclui milhares de professores e que, claramente, vem criar novas assimetrias.

Por tudo isto, o que têm dito os docentes é “Não paramos!”. Vamos ter de transportar esta luta para o início do próximo ano letivo e, eventualmente, vamos ter de dizer a este ministro que já não reúne condições para se manter no governo.

Caros colegas

Maior foi o mês da celebração dos 49 anos do SPGL e o mês de eleições no SPGL para o Conselho Fiscal, Corpos Gerentes e Conselho Geral, para o Quadriénio 2023-2027. No dia 19 de junho, tomou posse a Direção que se apresentou como a Lista A, resultado de um alargado entendimento político sindical e que, com trabalho de unidade, terá, entre outras, a feliz tarefa de celebrar os 50 anos do nosso sindicato. Sindicato sempre presente, sempre atuante e reivindicativo e empenhado numa ação que contribua para a defesa e valorização da profissão docente e de uma Escola Pública de Qualidade para todos. ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº40 MAIO/JUNHO 2023

Eleições SPGL: a vida democrática em ação

Uma saudação aos sócios, pela sua participação no ato eleitoral e um alerta – “Número de sócios e número de votantes: uma evolução a seguir com atenção” -, abrem este dossier, integralmente dedicado às eleições no SPGL.

O Dossier inclui uma entrevista com o presidente e vice-presidentes da nova direção central, em torno do “balanço possível de meses de luta e negociações” e a valorização da unidade alcançada, “unidade assente numa diversidade sem a qual nenhuma unidade real será possível”.

Encerra com um texto da Lista C: “Uma campanha em tempos de luta”. ■

Eleições 2023/2027

Saudação

A Comissão Eleitoral saúda os sócios do SPGL pela sua participação no ato eleitoral que decorreu no passado dia 25 de maio de 2023.

Manifesta também o seu reconhecimento a todos os sócios que estiveram presentes nas mesas de voto e que, com o seu esforço e dedicação, contribuíram para este importante momento da vida democrática do nosso sindicato. Os resultados eleitorais encontram-se aqui disponíveis.

A Comissão Eleitoral



Dossier

Eleições no SPGL: a vida democrática em ação

Eleições SPGL

 
SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA
Sede - Serviço Médico
Rua Padre de Almeida, 8, 1070-128 Lisboa
Tel: 21 381 81 00 Fax: 21 381 81 80
Email: spgl@spgl.pt - www.spgl.pt

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

**ELEIÇÃO PARA OS CORPOS GERENTES, CONSELHO FISCAL E CONSELHO GERAL
PARA O QUADRIÊNIO 2023/2027**

Ata de Apuramento Final dos Resultados Eleitorais

A) Votação para a Mesa da Assembleia Geral e Direção Central

Eleitores	12049	(doze mil e quarenta e nove)
Votantes	3131	(três mil cento e trinta e um)
Votos A	2908	(dois mil novecentos e oito)
Branco	203	(duzentos e três)
Nulos	20	(vinte)

B) Votação para o Conselho Fiscal

Eleitores	12049	(doze mil e quarenta e nove)
Votantes	3125	(três mil cento e vinte cinco)
Votos A	2589	(dois mil quinhentos e oitenta e nove)
Votos C	404	(quatrocentos e quatro)
Branco	110	(cento e dez)
Nulos	22	(vinte e dois)

C) Votação para o Conselho Geral

Eleitores	12049	(doze mil e quarenta e nove)
Votantes	3136	(três mil cento e trinta e seis)
Votos A	2595	(dois mil quinhentos e noventa e cinco)
Votos C	411	(quatrocentos e onze)
Branco	109	(cento e nove)
Nulos	21	(vinte e um)

1

19/02/2023

 Ministério da Educação
Sindicato dos Professores

Handwritten signatures and initials at the top of the page.

D) Votação para as Direções Regionais

	Lisboa	Oeste	Santarém	Setúbal
Eleitores	6499 <small>(seis mil quatrocentos e noventa e nove)</small>	1096 <small>(mil e noventa e seis)</small>	945 <small>(novecentos e quarenta e cinco)</small>	2479 <small>(dois mil quatrocentos e setenta e nove)</small>
Votantes	1526 <small>(mil quinhentos e vinte seis)</small>	332 <small>(trezentos e trinta e dois)</small>	272 <small>(duzentos e setenta e dois)</small>	821 <small>(oitocentos e vinte e um)</small>
Votos A	1242 <small>(mil duzentos e quarenta e dois)</small>	309 <small>(trezentos e nove)</small>	251 <small>(duzentos e cinquenta e um)</small>	763 <small>(setecentos e sessenta e três)</small>
Votos C	217 <small>(duzentos e dezassete)</small>			
Branco	60 <small>(sessenta)</small>	20 <small>(vinte)</small>	20 <small>(vinte)</small>	53 <small>(cinquenta e três)</small>
Nulos	7 <small>(sete)</small>	3 <small>(três)</small>	1 <small>(um)</small>	5 <small>(cinco)</small>

Handwritten initials: PC, MG

E) Votação para as Áreas Académicas do Ensino Superior

Área Universitária 1

Eleitores 269 (duzentos e sessenta e nove)
 Votantes 57 (cinquenta e sete)
 Votos A 56 (cinquenta e seis)
 Branco 1 (um)
 Nulos 0 (zero)

Área Universitária 2

Eleitores 187 (cento e oitenta e sete)
 Votantes 33 (trinta e três)
 Votos A 33 (trinta e três)
 Branco 0 (zero)
 Nulos 0 (zero)

Área Politécnica

Eleitores 213 (duzentos e treze)
 Votantes 23 (vinte e três)
 Votos A 21 (vinte e um)
 Branco 2 (dois)
 Nulos 0 (zero)

Área Ensino Superior Particular e Cooperativo

Eleitores 84 (oitenta e quatro)
 Votantes 13 (treze)
 Votos A 13 (treze)
 Branco 0 (zero)
 Nulos 0 (zero)

De acordo com o método de Hondt, para o Conselho Fiscal foram eleitos cinco elementos da Lista A.

Para o Conselho Geral, de acordo com o mesmo método, foram eleitos vinte e oito membros da lista A e quatro da lista C.

Os resultados eleitorais serão afixados na Sede e nas delegações do SPGL, divulgados na página oficial do SPGL e no Escola Informação.

A presente ata vai ser assinada por todos os elementos da Comissão Eleitoral presentes na reunião.

Lisboa, 1 de junho de 2023

A Comissão Eleitoral

MAG *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 LISTA A *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
 LISTA C *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]

2023: As eleições no SPGL

Número de sócios e número de votantes: uma “evolução” a seguir com atenção

	2006	2009	2012	2015	2019	2023
Nº de sócios (c/ direito a voto)	21.297	17.621	15.739	13.627	13.055	12.049
Nº de votantes	8.048	6.436	4.381	4.307	4.408	3.131
% de votantes	37,39	36,59	27,84	31,60	33,76	25,98

Mesmo considerando que após 2006 houve um maior rigor na gestão dos sócios, “limpando” dos cadernos os sócios com quotas em atraso, é inquestionável que tem havido um decréscimo lento, mas constante, do número de sócios com a quotização em dia. Há, de facto, uma crise global do sindicalismo, não só em Portugal, que não poderia deixar de se refletir nos sindicatos dos professores que, mesmo assim, se mantêm entre os mais sólidos no panorama sindical português.

Como é o caso do SPGL. O número de votantes nas eleições (votos para a eleição da Direção e da MAG) acompanha, em valores absolutos, a diminuição do número de sócios com direito a voto, com exceção das eleições de 2019, relativamente às de 2015 e 2012.

As eleições de 2023 apresentam o número mais baixo de votantes (3131), uma queda de 1277 votos quando comparado com 2019, o que traduz uma queda dos 33,76% (em 2019) para os 25,98% de 2023, a percentagem mais baixa desde 2006.

Analisando as votações por direções regionais (entre 2019

e 2023), constata-se que, em termos absolutos, a maior queda é em Lisboa (de 2009 votos para 1526), que, contudo, é percentualmente a direção regional que menos cai: 5,23%. Percentualmente, as maiores quedas de votação acontecem em Setúbal (11,8%) e em Santarém (10,83%). Mas também no Oeste: (10,48%). De registar, a votação extremamente baixa no Ensino Superior: apenas 16,73% dos 753 sócios. Note-se que no Ensino Superior, porém, e contrariamente à tendência geral, tem havido subida do número de sócios: 526 em 2015, 703 em 2019 e 753 em 2023. ■

Tomada de posse



• Augusto Pascoal | Conselho Fiscal



• Paulo Sucena | Conselho Geral



• Rosa Vaz | IMAGI



• José Costa |Presidente|



• Jorge Gonçalves |Vice-Presidente|



• Cátia Domingues |Vice-Presidente|



• António Anes |Vice-Presidente|

A nova Comissão Executiva

• José Costa	[presidente]
• António Anes • Cátia Domingues • Jorge Osvaldo Gonçalves	[vice-presidentes]
• Branca Gaspar	[tesoureira]
• Catarina Teixeira • Carlos Leal	[coordenadores da direção regional de Lisboa]
• Cremilde Canoa • José Luís Machado	[coordenadores da direção regional do Oeste]
• Maria do Céu Silva • Mário Fernando Pereira	[coordenadores da direção regional de Santarém]
• Ana Cristina Martins • Mário Roque	[coordenadores da direção regional de Setúbal]

A estes nomes, que integram a Comissão Executiva por força dos estatutos do SPGL, juntar-se-ão os coordenadores dos setores, a serem eleitos, os coordenadores das frentes de trabalho que vierem a ser constituídas e o responsável pela organização. ■

Artigo 77.º

Comissão Executiva

1 – A Direção Central elege, na sua primeira reunião, uma Comissão Executiva que integra obrigatoriamente o Presidente, os Vice-Presidentes, o Tesoureiro, os Coordenadores das Direções Regionais e Coordenadores de departamentos de setor de ensino.

2 – A Direção Central pode delegar na Comissão Executiva, no todo ou em parte, as competências previstas no artigo 74.º.

3 – Para efeitos do disposto na alínea g) do artigo 74.º, a Comissão Executiva pode criar, na sua dependência, uma Comissão Administrativa.

4 – A Comissão Administrativa é exclusivamente constituída por membros da Comissão Executiva, sendo obrigatória a inclusão do Tesoureiro.

O elogio da unidade e da diversidade

• Lígia Calapez
|Jornalista|



Entre o balanço possível de meses de luta e negociações, o que foi alcançado e que reivindicações fundamentais permanecem, os problemas e perspetivas no quadro atual do sindicalismo - o destaque vai para o sublinhar da unidade alcançada no SPGL. Uma unidade assente numa diversidade sem a qual nenhuma unidade real será possível.

Que balanço destes meses intensos de luta e negociação? O que foi possível alcançar?

José Costa

Não diria negociação assim de forma tão perentória, mas de intensa luta foi com certeza. Esta equipa ministerial reuniu, de facto, com os sindicatos. Contudo, reunir, só por si, não chega se, de um dos lados, não existir vontade de avançar com uma negociação séria com produção de resultados. O que foi sendo alterado nas propostas iniciais do ME, ao longo do processo, resultou sempre dos impactos da luta dos professores e não propriamente por vontade genuína desta equipa ministerial.

Mas voltando um pouco atrás, recordava que este ano começou sindicalmente com a entrega pela FENPROF de um protocolo negocial, no dia 4 de agosto, em reunião com o ME, onde se exigia a abertura de um processo negocial para debater todas aquelas matérias que para nós são fundamentais. Refiro-me aos salários e recomposição da carreira, à recuperação do tempo de serviço, à precariedade, ao respeito pelos horários de trabalho, à revisão do regime de ADD, nomeadamente a eliminação das quotas, ao rejuvenescimento da profissão, à formação inicial de professores e às questões da aposentação. A nenhum destes aspetos esta equipa deu resposta. Iniciou um



• José Costa



• António Anes



• Cátia Domingues



• Jorge Gonçalves

conjunto de reuniões, mas para alterar a Mpd (mobilidade por doença) e o mote dado era a moralização deste regime, pois havia muitas fraudes e foi isso que sustentou toda a “negociação”.

Os resultados estão à vista, milhares de docentes com doença comprovada ficaram de fora e nenhuma fraude foi comprovada. Depois, os concursos, sendo um dos pontos centrais a inutilidade da lista graduada de colocação de professores, porque afastava até os mais bem preparados; a solução seria o recrutamento e a gestão da colocação pelos diretores. Ao mesmo tempo, propunha-se a extinção dos quadros de vinculação, substituindo-os por mapas de pessoal. O reordenamento dos novos territórios de colocação, ou seja, os QZP, passariam a coincidir com as CIM (Comunidades Intermunicipais). Aqui, houve claramente um recuo do ME, mas por força da luta dos professores e o documento final aprovado melhorou em relação à proposta inicial, apesar de conter muitos aspetos negativos. De positivo, destaco a vinculação de cerca de 8 mil docentes, se bem que esta vinculação traz um “brinde” complicado, a obrigatoriedade de concorrer a todo o país depois de esta se concretizar.

Agora, mais recentemente, este “acelerador”, que não recupera nada do tempo de serviço congelado e até produz mais assimetrias.

António Anes

Penso que, antes do mais, conseguimos evitar algumas medidas mais gravosas, principalmente ao nível do diploma dos concursos. Em particular a contratação, por parte de um Conselho de Diretores, como o ministro pretendia. E isso foi-se evitando, ao longo da negociação. O que destaco como positivo.

Ainda em relação aos concursos, destaco o facto de eles voltarem a ser anuais. A anualidade dos concursos permite que os professores se possam colocar/deslocar de forma mais favorável.

De referir ainda, como positivo, a possibilidade de vinculação de 10 mil e quinhentos professores. Uma possibilidade que podia não avançar com a norma travão até então instituída.

Cátia Domingues

Houve também outro ganho, que obtivemos. As pessoas que vinculavam tinham a possibilidade de vincular ao seu Quadro de Zona Pedagógica (QZP) e mais 3 adjacentes. O que limitava muito a aproximação à residência, dos docentes, que são maioritariamente do Norte e que estavam em Lisboa ou no Algarve. Neste momento, podem concorrer a qualquer QZP. Isto foi realmente um grande ganho.

Em relação aos QZP, a proposta inicial era que passariam de 10 para 23, coincidentes com as áreas da CIM / áreas metropolitanas. A alteração que se conseguiu é também uma mais-valia.

Temos neste momento 10 QZP e vamos passar a ter 63. Este desdobramento ajuda os professores a aproximarem-se mais às suas áreas de residência. O que era muito difícil conseguir.

Jorge Gonçalves

Para além do que já foi referido, destacava que o que foi possível alcançar nos dá maior consciência de que vale a pena lutar. E esse é um aspeto relevante. Sem a luta nem tinha havido sequer processos negociais, nem a evolução que se conseguiu no diploma dos concursos, mesmo com todas as limitações que ele ainda tem. Nem tão pouco a assunção de que há uma injustiça naquilo que é o tempo de trabalho que ainda não está contado – independentemente de as soluções não responderem ainda a esse problema.

Por isso, a ideia de que sem luta nem isto se conseguia, é a melhor forma também de reforçar que os problemas só podem ser resolvidos continuando a luta.

Quais os principais problemas que se mantêm? Que prioridades?

Cátia Domingues

Penso que um dos maiores problemas – ou o principal problema – tem a ver com a contagem do tempo de serviço. Ou seja – os professores não estão dispostos a abdicar do tempo de serviço que lhes foi roubado, que foi trabalhado e que não está a

ser contabilizado para a progressão na carreira. O que limita o acesso aos últimos escalões da carreira a muitos docentes. Este é, neste momento, o problema mais grave.

Mas não só. Porque este tempo, mesmo que fosse recuperado, não resolveria muitas ultrapassagens na carreira que não estão a ser tidas em conta. A mudança das estruturas de carreira que houve ao longo do tempo, também deu origem a algumas ultrapassagens, que neste momento são um dos problemas. O ideal seria os professores serem colocados consoante o tempo de serviço, no escalão correspondente. Seria o mais justo, porque, no fundo, não estão apenas a ser roubados esses tais 6 anos, 6 meses e 23 dias. Mas muito mais tempo. Anda à volta de 10 anos. Por exemplo, no meu caso, que tenho 22 anos de serviço e devia estar no 6º a passar para o 7º, estou neste momento no 3º escalão. Porque, como vinculei antes de 2011, fui ultrapassada várias vezes por colegas, por mudanças de estrutura das carreiras. Este é um dos maiores problemas que temos neste momento.

Jorge Gonçalves

Eu destacava que o principal problema - do qual advém o conjunto de todos os outros - é mesmo a questão da valorização do papel da escola pública e dos seus profissionais. Esse é o problema que, depois, dá lugar a

A questão central da luta dos professores é a valorização da carreira e todas as prioridades passam por aí, porque esse é um problema central para trazer jovens à profissão e valorizar os que por cá andam. Esta luta não está desligada, antes pelo contrário, da luta por uma escola de qualidade.

um conjunto de questões - que são particularmente sentidas por quem hoje está no ensino e não vê reconhecido o seu tempo de serviço, não vê reconhecidas as condições de trabalho que são necessárias para ter qualidade na resposta educativa. Penso que esse é o principal problema: não só perceber que é necessário investir na escola pública, como que o investimento nos profissionais, nos trabalhadores, nos professores, é um investimento também na qualidade da resposta educativa.

Depois, há aspetos desta luta, em torno das questões da contagem de tempo de serviço, que fazem com que, hoje, a própria estrutura da carreira seja quase artificial. Porque não se consegue reconhecer o tempo de serviço de um professor, em que momento ele está da sua carreira. Um professor não consegue ter previsibilidade na sua expectativa de progredir na carreira. E não consegue, também, ter qualquer previsibilidade em relação às suas condições de aposentação, por exemplo.

José Costa

A questão central da luta dos professores é a valorização da carreira e todas as prioridades passam por aí, porque esse é um problema central para trazer jovens à profissão e valorizar os que por cá andam. Esta luta não está desligada, antes pelo contrário, da luta por uma escola de qualidade. Penso que conseguimos passar esta mensagem à opinião pública: ao lutarmos pela valorização da carreira e da profissão docente estamos a lutar pela dignificação do ensino. Em maio, percorremos o interior do país pela EN 2 e tivemos essa percepção, através do contacto que tivemos com milhares de professores, mas também com a população que interagia connosco e nos dava todo o apoio.

António Anes

Eu partilho das mesmas preocupações que aqui foram já manifestadas. E destaco claramente,

como problema fundamental, a contagem de tempo de serviço. Os tais 6 anos, 6 meses e 23 dias que não foram contados. A tentativa de o Ministério da Educação de corrigir as assimetrias decorrentes do período de congelamento das carreiras - chamando-lhe correção das assimetrias - até pode ter alguns laivos positivos. Principalmente para alguns colegas, alguns professores que estão no 4º e 6º escalões. Mas provocou, ou vai provocar, novas assimetrias, ou mesmo ultrapassagens, pelo que até aquele aspeto positivo é esvaziado.

A não resolução, por parte do ME e do Governo, da questão da contagem do tempo de serviço - quando os sindicatos, e a FENPROF, estavam e estão disponíveis para fasear a recuperação de tempo por vários anos - parece incompreensível.

Cátia Domingues

Esqueci-me de falar aqui de uma outra coisa.

A falta de atratividade da carreira é também um problema de fundo, que se interliga com todas estas questões. Neste momento, a carreira não é atrativa, quer do ponto de vista salarial, quer do ponto de vista da própria carreira, para os novos professores. Existe uma falta imensa de professores nas nossas escolas. Muitos deles abandonaram a profissão. Porque vêm de zonas, maioritariamente do Norte - para Lisboa (que é onde existe falta de professores) ou para o Algarve - e não têm qualquer tipo de ajudas de custo e o alojamento está extremamente caro. Por outro lado, hoje em dia um professor contratado já tem uma idade mais avançada, já tem constituída família, outra casa, outros encargos. E, naturalmente, não é atrativo vir para Lisboa trabalhar, com o salário de início de carreira de um professor contratado, e pagar uma casa, quando já se paga uma casa noutro lado. O ministro da Educação dizia que os professores devem viver onde trabalham e não trabalhar



onde vivem. Esse é um dos problemas.

António Anes

Só acrescentava, em relação à atratividade da carreira – não é só para os professores que estão na carreira que esta questão se coloca. É para os novos professores.

Não se percebe como é que o Ministério da Educação e o Governo não fazem uma prospeção daquilo que eventualmente vai ser no futuro. A falta de atratividade da carreira leva a que os estudantes não escolham os cursos para a formação de professores. E isto vai, obrigatoriamente, a um determinado momento, agravar ainda mais a falta de professores.

Cátia Domingues

Por outro lado, o número de professores não profissionalizados – não só já na escola pública, mas também nas privadas – aumentou, relativamente ao ano passado, 60%. Há neste momento muitos professores que não têm a parte pedagógica. Não é que não tenham, a nível científico, competência para dar aulas. Mas, a parte pedagógica, não a têm. O que causa também muitas assimetrias e ao nível da equidade, entre os alunos. E gera

um grave problema nas nossas escolas.

Os professores deixaram de andar “de casa às costas”? O que se passa, de facto, na área da contratação?

Jorge Gonçalves

Em primeiro lugar, mesmo a perspetiva que existe com a vinculação dinâmica neste concurso – resolverá a questão da precariedade em relação a um conjunto de professores, é certo, mais de 10 mil professores –, mas é preciso desde logo registar que há ainda um número significativo que não é abrangido. E, também, não resolve o problema da casa às costas. Resolve o problema do vínculo. Mas, se não for acompanhado de uma atuação que considere os lugares de quadro de acordo com as necessidades educativas de cada escola, não resolverá depois esse problema do ponto de vista da vinculação, da aproximação ao lugar de residência.

Assim, não só temos um número muito alargado de professores contratados precários, como continua a haver professores, que correspondem a necessidades efetivas do sistema, que são contratados, alguns deles há mais de 10 anos, e que não estarão nestas

condições de vinculação.

A falta de professores tem de ser resolvida com um conjunto de outras medidas, mais estruturais, de investimento na escola pública e na valorização dos professores.

António Anes

Acrescentaria só aqui que, em relação a esta questão, o discurso do Ministério da Educação soa-me a falácia. Porque, para além do que já foi dito, daqui a um ou dois anos, os professores que eventualmente vincularam – e isso não resolve o problema da “casa às costas” – vão ser obrigados a concorrer. No fundo, eu tentaria substituir a expressão fim da “casa às costas” pela “costas na segunda casa” – que vai ficar muito distante da primeira, porque a primeira é exatamente aquela que deveria ser considerada.

Portanto, do meu ponto de vista, este discurso é uma falácia. Certamente os professores vão ficar muito mais deslocados daquela que seria a sua primeira opção.

Cátia Domingues

Em relação à questão da “casa às costas” – para o ano todos os professores que vincularam vão ser obrigados a concorrer a nível nacional.



O que é que vai acontecer? Claro que muitos destes professores, que este ano até poderão ficar relativamente perto do local onde gostariam, para o ano, ao concorrerem a nível nacional, vai haver aqui uma grande mexida de professores. Muitos deles ponderam a não aceitação desses lugares vinculados, e voltar à contratação.

Anteriormente, o que nós tínhamos eram professores que queriam realmente vincular para terem estabilidade nas suas vidas e nas escolas. Neste momento vamos assistir, de certo modo, ao inverso. Ou seja - professores que preferem continuar precários e contratados, o que lhes permite concorrer a algumas escolas e ficar mais perto das suas residências, do que vincularem muito longe de casa e não conseguirem ter essa proximidade. Por isso, esta vinculação dinâmica é realmente uma falácia, que não vai ter o efeito pretendido pelo Ministério. Provavelmente, vai agravar o problema, mais à frente.

José Costa

Não diria que deixaram de andar com a casa às costas, mas claro que não podemos desvalorizar a vinculação de mais de 10 mil professores, sendo a proposta inicial cerca de 5000. Estes docentes que vinculam são os que

têm mais de 10 anos de serviço, mas, nas mesmas condições, estão outros tantos que não vão vincular e alguns serão, até, ultrapassados, ou seja, poderíamos até dizer que nesta situação específica apenas se resolveu metade do problema e mesmo assim produziram-se mais um rol de injustiças.

Dizer, também, que no próximo ano letivo estes professores que vinculam por esta vinculação extraordinária serão obrigados a concorrer a todo o país, e é óbvio que vão continuar a andar com a casa às costas.

O ME afirma que as greves às avaliações e exames constituem um prejuízo para os alunos da escola pública e para a própria escola pública. Querem comentar?

António Anes

Temos de entender que qualquer processo de greves, à partida, causará algum efeito negativo. Se não, as greves seriam inúteis. Mas, mesmo as greves às avaliações, que podem ser às reuniões, podem ser aos exames, não causam problemas irresolúveis. Se não se fizerem numa determinada altura, far-se-ão num calendário a seguir. Os alunos não deixarão de ser avaliados. Adia-se efetivamente, esse processo. De qualquer forma, com

solução.

E é nesse sentido que eu acho que estas greves são importantes e deveriam fazer-se e não ficar coartadas por esse prejuízo – quer dos alunos, quer das famílias, quer da escola pública. Algum prejuízo causa. Mas não um prejuízo insuperável.

Jorge Gonçalves

Eu diria que, se o Ministério da Educação estivesse verdadeiramente preocupado com a escola pública, estaria centrado, não nas consequências das formas de luta, mas nas causas, nos problemas que as originam.

E isso significaria responder às questões concretas dos problemas que tem a escola pública e às razões que levam à luta dos professores.

E, se estivesse verdadeiramente preocupado com isso, estaria preocupado em fazer uma negociação que fosse uma verdadeira negociação. Com um princípio um meio e um fim. E não uma negociação que termina como começa. E estaria verdadeiramente preocupado em resolver os problemas que originam o descontentamento. Que é um descontentamento legítimo por parte dos professores, em relação às suas condições de trabalho e em relação ao tempo de serviço congelado. Um verdadeiro ministro da Educação, preocupado

com a escola pública, preocupar-se-ia em resolver os problemas. Não em atuar sobre os sintomas ou as consequências. Mas sobre as causas.

Cátia Domingues

Na minha opinião - relativamente às greves às avaliações e estas últimas reivindicações dos professores – o problema está a montante. Ou seja, não é por haver uma greve à avaliação que o problema se coloca, mas sim porque existe uma quantidade imensa de alunos que não têm aulas desde o início do ano. Não é pelos professores estarem a fazer greve. Esses alunos não têm aulas porque não existem professores a determinadas disciplinas. Existem alunos que estão desde o início do ano sem professor. E não existe forma de o substituir. Isso, sim, é preocupante. E isso deveria ser o foco do Ministério da Educação – combater as causas.

Essa é a nossa preocupação. É valorizar a carreira, de modo a que os alunos tenham aulas a todas as disciplinas, e não apenas a algumas. Um problema que para o ano será agravado. As previsões para o próximo ano letivo são que o número de alunos sem aulas a pelo menos uma disciplina (ou mais) irá aumentar. O que é preocupante. Não as greves às avaliações. Quando a maior parte dos professores sabe perfeitamente qual é a avaliação que dará aos seus alunos. Existe uma avaliação contínua. Não é uma ficha de avaliação, não é um momento que vai determinar todo um percurso de uma avaliação contínua.

José Costa

Essa afirmação, vinda de quem nada fez para negociar de forma séria com as organizações representativas dos professores, percebendo claramente que a luta se ia agudizando e que esta questão da greve às avaliações finais já tinha sido mencionada várias vezes, tem uma certa piada. Simultaneamente, famos recordando ao ministro que os

professores paravam a luta se sentissem que estavam a ser respeitados, que iria haver uma negociação séria e uma vontade genuína para ouvir e tentar resolver as reivindicações dos professores.

Nada disto aconteceu e o ministro, mesmo nas suas declarações algo provocatórias, deturpava muitas vezes o que efetivamente acontecia nas reuniões. Nesta última ronda de reuniões, depois de apresentar o dito “corretor” de assimetrias, dissemos claramente que o documento iria criar mais assimetrias e não as esbater. Daí, termos apresentado várias propostas de alteração.

Cinco reuniões depois, o ministro encerrou o processo sem nos facultar nenhum documento e no final, depois de todas as organizações sindicais falarem, brindou-nos com o seguinte discurso: “Não vos entreguei, entretanto, nenhum documento porque não fiz nenhuma alteração à proposta inicial”. Questionámo-nos, então sobre o que teríamos estado a fazer durante todas aquelas reuniões.

Estamos genuinamente preocupados com os nossos alunos e com a Escola Pública e, por isso, queremos respostas sérias para os problemas, desde logo uma mudança de discurso em relação à Educação e aos seus profissionais. Queremos políticas de fundo que respondam a este retrocesso, o que implica, por exemplo, respeito pela profissão docente e mais investimento na educação. Se esta equipa considera que não tem condições para tal, a solução é simples.

Quais as preocupações específicas dos professores, em cada ciclo de ensino?

Cátia Domingues

Vou falar na monodocência, relativamente ao 1º ciclo e ao pré-escolar. Neste momento, as preocupações e reivindicações na monodocência centram-se em muitos temas. Nomeadamente a diminuição do número de alunos por turma,



para que haja um efetivo acompanhamento das dificuldades dos alunos e da heterogeneidade que hoje em dia existe na escola pública. Depois, uma das nossas reivindicações tem a ver com as horas da componente letiva. Ou seja – alcançar a equidade entre este setor do pré-escolar e do 1º ciclo relativamente aos outros setores de ensino, com as 22 horas letivas. Também temos o peso das tarefas administrativas e burocráticas, que nos tiram muitas horas de trabalho com os alunos, que são desperdiçadas nestas tarefas. E, no 1º ciclo, ao contrário de outros setores, não existem horas atribuídas para este tipo de tarefas. Não temos horas específicas para tarefas de diretores de turma, por exemplo.

Anteriormente, o que nós tínhamos eram professores que queriam realmente vincular para terem estabilidade nas suas vidas e nas escolas. Neste momento vamos assistir, de certo modo, ao inverso.



Ou para outro tipo de cargos. Há, ainda, a questão do respeito pelas horas das várias componentes letivas e não letivas. Que, no caso do 1º ciclo, é um problema. Relativamente, por exemplo, ao acompanhamento dos alunos no intervalo. Que, apesar de estar mais do que clarificado, nomeadamente pela tutela, ainda existem agrupamentos que obrigam os professores a vigiar os intervalos dos alunos.

O artigo 79 do Estatuto da Carreira Docente, é outras das preocupações da monodocência. Ao contrário de outros setores e níveis de ensino, tem de ser requerido pelo docente. Ou seja, não é automático. O que coloca algumas assimetrias entre este setor e os outros setores.

A escola a tempo inteiro é outra das preocupações – porque desregula os horários dos professores do 1º ciclo. As AEC, apesar da indicação de que sejam no início ou no fim da atividade letiva, ainda há muitos agrupamentos que as colocam no início, no meio, no fim – o que causa uma desregulação completa dos horários docentes.

Outro problema: as provas de aferição do 2º ano, que deveriam ser por amostragem.

E muitos mais.

António Anes

Penso que há um conjunto de questões que são transversais a todos os setores. E essas, naturalmente, não se torna fácil especificar em relação a cada setor. Onde é que há alguma especi-

ficidade? O grande enfoque e a grande diferença – onde se podem notar mais especificamente as questões setoriais – é nos horários de trabalho e nas condições de trabalho.

Em relação aos horários e condições de trabalho, no 2º e 3º ciclo, há uns anos a esta parte, fizemos um estudo de prospeção sobre o que é que os professores pensavam do tempo que dedicavam a todo o trabalho – quer o letivo, quer o não letivo – e chegámos, mais ou menos, a 46 horas de trabalho semanais. Que habitualmente está previsto para 35 horas. Esta a perceção dos professores. E porquê muito mais horas? No exercício, principalmente, da componente não letiva. É o trabalho de preparação de testes, é o trabalho de preparação de aulas, é o trabalho de outras referências que é necessário trabalhar.

Com esta distinção, nos horários de trabalho, entre componente letiva e não letiva – os professores passaram a ter uma componente não letiva, um pouco indefinida, e onde cabe tudo o que muitas vezes as escolas colocam lá (tudo o que não seja aulas e é obrigatório). E tudo isto desregula os horários de trabalho e, prejudica muito os professores. Principalmente porque deixam quase de ter tempo para uma vida familiar, a que também têm direito (por exemplo, os fins de semana muitas vezes são ocupados com correção e exames). No 2º e 3º ciclo e secundário, um professor pode ter 7 turmas,

o que dá duzentos e tal alunos (com a obrigatória correção dos testes correspondentes). É todo um conjunto de trabalho que, fatalmente, aumenta em muito a sua carga horária. E que, depois, se reflete nas tais 46 horas, que os professores destes ciclos têm a perceção de que trabalham. Este é um dos problemas que, em termos setoriais, mais se faz sentir – e que tem a ver com as condições de trabalho e os horários de trabalho.

As reduções do artigo 79 que, de certa forma, seriam para compensar o desgaste do trabalho docente, revertem, na sua totalidade, para trabalho não letivo na escola. Assim, não alivia o trabalho do professor. E eventualmente ainda o sobrecarrega com tarefas mais penalizadoras.

Jorge Gonçalves

Destacava, como já foi referido, a questão da desregulação dos horários de trabalho e, em particular, as questões da burocracia – aquilo que afasta o professor daquilo que é a sua função principal, desgastando e ocupando muito tempo em tarefas que não são as tarefas pedagógicas e as centradas na ação com os alunos. Destacava também que, para além das matérias que têm especificidades em cada um dos ciclos, há uma questão que é transversal a todos – que tem a ver com o funcionamento democrático das escolas e a gestão democrática das escolas. E que se traduz, depois, naquilo que é o funcionamento, em cada um

dos ciclos. Mas que traduz outra coisa, muito mais importante, que é a forma como funciona a escola pública e, mais importante ainda, a forma como a escola pública ensina e forma os alunos – sendo que ela própria não funciona num quadro de gestão democrática.

Porventura, só porque estamos no quadro dos ciclos de ensino, eu não deixava de referir que, ao nível do ensino superior, há matérias a destacar. Desde logo as questões de altíssima precariedade que é uma realidade transversal a todo o ensino superior; mas também o próprio regime do ensino superior e a sua característica fundacional – que o afasta daquilo que é o quadro de funcionamento do ensino superior num sistema público.

José Costa

Evidentemente que todas as questões que fomos abordando são problemas que afetam todo o corpo docente e todos os ciclos de ensino. Evidentemente que existem algumas especificidades, mas a precariedade é, infelizmente, transversal e sentida por todos, desde os educadores de infância até aos docentes e investigadores do ensino superior, no Ensino Público e no Ensino particular e Cooperativo. Também a ausência de uma Gestão Democrática, a falta de condições de trabalho, os baixos salários, os estrangulamentos na carreira, os horários de trabalho e as questões da aposentação, entre outras.

Em relação à vida e perspectivas do sindicato, qual o balanço do processo eleitoral? Como interpretar a redução do número de votos?

Jorge Gonçalves

Em primeiro lugar, eu sublinhava a importância destas eleições para a vida democrática do próprio sindicato e para o envolvimento de todos os sócios na vida do sindicato, a sua participação ativa. Desde logo no ato eleito-

ral. Mas, também, numa perspectiva de futuro.

Não deixa de ser de valorizar o facto de o maior sindicato dos professores, no quadro destas eleições, ter mais de 3 mil sócios a votar. Que participaram e decidiram participar de forma ativa, da forma como entenderam, na vida democrática do sindicato. Penso que esse é o aspeto mais importante e estrutural deste ato eleitoral.

Depois, em relação à questão da redução do número de votos, eu salientava que o facto de estarmos num contexto de redução de cerca de mil eleitores no quadro destas eleições, não obsta a que aquilo que foi a participação dos professores, em particular na sua escola, na sua mesa de voto, foi uma grande participação – e que devemos destacá-la. Porque é importante que ela se mantenha, naquilo que é a vida democrática do sindicato – não num dia, mas nos próximos anos. E deveremos garantir que envolvemos todos os sócios nessa construção coletiva.

Cátia Domingues

Relativamente à percentagem de votos, penso que tem muito a ver com aquilo que é o reflexo do país. Não somos diferentes de todos os outros setores. E existe, provavelmente, um certo afastamento, ao nível da abstenção, que se reflete em todas as outras áreas.

Uma das explicações desta redução do número de votantes também pode estar relacionada com o facto de, neste momento, só termos uma lista única. O que demonstra uma unidade, a nível sindical, dentro do SPGL – o que também poderá ter levado muitas pessoas a optar por não votar, tendo em vista que o fim anunciado seria a vitória desta lista A. Pode ser uma das justificações. Não retira, de qualquer forma, o mérito a quem votou e a quem participou ativamente nesta eleição.

José Costa

Apesar desse balanço ainda não

estar concluído, existe para já a convicção de que o processo decorreu sem sobressaltos. De salientar, no entanto, que a campanha decorreu nas escolas, em simultâneo com a luta que continua, o que permitiu um contato estreito com os professores por parte dos candidatos. No dia 25 de maio as mesas funcionaram praticamente todas e não foi fácil toda a logística de ter a funcionar cerca de 230 mesas, ou seja, praticamente em todas as escolas da nossa área sindical. Portanto, considero o balanço muito positivo.

Em relação à redução do número de votos número de votos. Tivemos cerca de 26% dos sócios a votar, com mesas em todas as escolas e ainda os votos por correspondência. Admito que o fato de só existir uma lista para todos os órgãos, pois a lista C só concorreu à DR Lisboa, ao Conselho Fiscal e ao Conselho Geral, possa ter contribuído, de certa forma, para alguma desmobilização. Temos que assumir isso e trabalhar no sentido de ter os sócios a participar mais na vida do sindicato. Eu não tenho dúvidas que temos uma grande ligação às escolas e isso é reconhecido por sócios e não sócios. Existem falhas, como é óbvio, mas reconhecê-las e tudo fazer para as ultrapassar tem que ser o caminho. Saliento, igualmente, que conseguir ter a funcionar, num ato eleitoral, cerca de 230 mesas implica ter dirigentes e/ou delegados sindicais em pratica-

Eu diria que, se o Ministério da Educação estivesse verdadeiramente preocupado com a escola pública, estaria centrado, não nas consequências das formas de luta, mas nas causas, nos problemas que as originam.

mente todas as escolas da nossa área sindical e isso é uma mais-valia que tem de ser potenciada. Este é um trabalho de toda uma estrutura que inclui, obviamente, todos os trabalhadores do SPGL.

António Anes

Na minha opinião, o balanço das eleições do SPGL foi positivo. A participação de cerca de 3.130 professores no ato eleitoral, corresponde mais ou menos a 26% de participação. Num cenário, como aqui já foi destacado, de só existir uma única lista para a globalidade dos órgãos do sindicato, que podia esfriar um pouco a participação - penso que foi significativa. E a participação e as dinâmicas que se criaram nas mesas, nas escolas, foi positiva – e isso temos que salientar. Destaco também que a união do SPGL em torno de uma lista, em que a direção assenta no resultado de uma lista única, também reforça a nossa posição face ao Ministério da Educação. Temos vivido, nesta fase da negociação (este ano, principalmente), uma situação que raia, às vezes, uma certa posição não democrática. O comportamento do Ministério da Educação em não aceitar as nossas propostas; aceitá-las num determinado momento e remetê-las para mais tarde para, depois, na última reunião, dizer que já não aceitava o que tinha dito nas reuniões anteriores. Por tudo isto, precisamos de uma direção unida, coesa

O radicalismo na ação dificulta o processo da negociação. Colocarmos objetivos que dificilmente serão atingidos, vai quebrar depois, nos professores, a vontade de continuar a lutar por outros objetivos. Ou seja – extremar os objetivos, extremar as ações, eventualmente pode dificultar o processo de negociação.

e que, naturalmente, consiga, na ação, fazer face a este Ministério da Educação e ao Governo.

Que reflexos na vida futura do sindicato pode ter a existência de uma lista única para a direção?

António Anes

Já numa perspetiva de futuro, deveremos afirmar o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa como o maior sindicato dos professores portugueses. E é, efetivamente. E é, também, um grande sindicato na FENPROF, a principal federação de sindicatos de professores. Devemos salientar o nosso trabalho. E, como sindicato, contribuir para fortalecer a FENPROF. Ou seja, devemos dar, de certa forma, contributos que façam com que a federação seja ela também mais forte, e que consiga melhores resultados. Ora, para isso, terá de se criar, no SPGL, dinâmicas próprias internas, no sentido de esses contributos serem depois efetivamente eficazes e se refletirem em torno e no seio da FENPROF. Sendo a FENPROF a federação que melhor desempenha e melhor traduz os objetivos de luta e a própria negociação com o Ministério da Educação. Como se tem visto, aliás, na atual conjuntura.

José Costa

Esta lista conjunta é o resultado de um processo de negociação que juntou à mesa professores com genuína vontade de construir um projeto, com base num entendimento político-sindical, cuja matriz central é a defesa da Escola Pública e dos Professores, Educadores e Investigadores e é isso que nos move. O SPGL tem uma longa tradição de unidade e, por isso, uma lista construída com base nestes pressupostos como é o caso, só nos fortalece, disso não tenho dúvidas.

Jorge Gonçalves

Eu destacava que esta unidade na ação e no próprio processo eleitoral no SPGL, deve corres-

ponder aquilo que é o objetivo central do reforço do próprio SPGL: esta mesma unidade, também depois, de todos os professores – quer os sócios do SPGL, atuais, quer daqueles que se juntem e que deem ainda mais força ao SPGL – para que reforce a sua ação e contribua positivamente para o reforço da FENPROF. Afirmando-se como o maior sindicato dos professores. Mas como um sindicato que é capaz de congrega essa unidade dos professores. Eu julgo que o desafio maior, não é aquele que foi o ato eleitoral. É o que resulta agora desse ato eleitoral, daqui para a frente, na construção da unidade de todos os professores.

Cátia Domingues

Nós, enquanto o maior sindicato dos professores, temos uma responsabilidade acrescida. Ou seja, deveremos, enquanto sindicato, praticar aquilo que exigimos às nossas escolas. Que é – uma gestão democrática, participativa, com várias perspetivas e que só acrescentam a uma visão global. O facto de estarmos neste momento unidos – várias sensibilidades, várias perspetivas – permite criar uma posição e uma estratégia de luta, dentro do SPGL, abrangente. O que nos pode também destacar na FENPROF, como um sindicato com uma perspetiva própria, com um programa específico de onde queremos chegar, como lá vamos chegar – democraticamente e seguindo todo um trabalho que já está a ser feito. Ou seja, nós, enquanto sindicato, enquanto grande sindicato, com esta diversidade – poderemos fazer mais e melhor. E sermos diferentes de todos os outros.

Como avaliam a atual realidade, a nível do sindicalismo docente?

José Costa

Este é um problema complexo, aliás, é um fenómeno que não atinge só o movimento sindical docente e falo especificamen-

te do aparecimento de novas formas de populismo sindical que, no nosso caso, conseguiram captar o legítimo descontentamento de muitos professores. Têm como característica principal atacar o sindicalismo dito tradicional. Sabemos que têm uma agenda política muito bem definida, cujo principal objetivo é destruir o movimento sindical mais representativo. Recordo os apelos à dessindicalização, as formas de luta “criativas” e tudo isto num pseudo-sindicalismo que acaba por esgotar os professores e pode até deixá-los, perigosamente, em encruzilhadas ou em becos sem saída. É o tudo ou nada e isso não existe.

A isto penso que respondemos bem, falo da FENPROF e de todos os seus Sindicatos. Conseguimos reganhar a iniciativa da luta e isso mostra que o nosso projeto sindical está fortemente ancorado nos professores, que nos reconhecem combatividade na ação e também na construção de propostas sempre na defesa das questões sócio profissionais. Há, também, o reconhecimento de que estamos empenhados na defesa de uma Educação de Qualidade.

Claro que este é um trabalho que temos de continuar a fazer, estar junto dos professores nas escolas, informá-los com seriedade, motivá-los e trazê-los para as nossas iniciativas e isso nós fazemos bem.

Cátia Domingues

Penso que estamos num momento de viragem. Ou seja, existem neste momento muitas formas de luta. Não concordamos com todas. Mas consideramos que todas acrescentam.

Os professores estarem, atualmente, a intervir, a reivindicar os seus direitos, é sempre uma mais-valia. E essa dispersão – por muito que não concordemos com algumas formas de luta – acrescenta à luta e permite uma evolução nesta nossa perspetiva futura de ultrapassar aquelas questões que tanto nos preocupam e de que já falámos anteriormente.



Jorge Gonçalves

Eu destacava o facto que estamos num momento muito importante do ponto de vista da luta dos professores e do sindicalismo docente. E, num momento em que o SPGL fará os seus 50 anos, juntamente com os 50 anos do 25 de Abril, há o grande desafio de mostrar que os valores de Abril não só estão presentes na escola pública, mas que é importante que todos os professores os defendam – tal como demonstram agora essa disponibilidade para a luta, para a defesa justa das suas reivindicações, para a própria defesa da escola pública como um todo. Não só de traduzir esta unidade na luta. De perceber que essa luta acrescenta e que traz para a escola pública mais-valia. E que, na prática, 50 anos depois do 25 de Abril, ainda é necessário continuar a lutar pela escola pública. E que os sindicatos têm um papel imprescindível na sociedade. E que os professores têm, não só todas as razões, como todo o interesse em se unir em torno daquilo que são as suas organizações representativas e os seus sindicatos de classe.

António Anes

Na análise deste ano letivo – especificamente – julgo que o SPGL, e a FENPROF, foram de algum modo surpreendidos por um sindicalismo muito radical. Ou seja, surgiu uma acutilância muito forte desse sindicalismo radical – que teve, no primeiro e no segundo períodos, algum sucesso na mobilização dos professores. E que, de certa forma, nos surpreendeu.

Se isto foi positivo? Não acho. Não me parece que tenha sido positivo. O radicalismo da ação



pode-nos condicionar naquilo que é depois a grande mobilização – no presente, mas também no futuro. E, eventualmente, ficarmos um pouco entalados face a esta radicalização.

O radicalismo na ação dificulta o processo da negociação. Colocarmos objetivos que dificilmente serão atingidos, vai quebrar depois, nos professores, a vontade de continuar a lutar por outros objetivos. Ou seja – extremar os objetivos, extremar as ações, eventualmente pode dificultar o processo de negociação. E penso que é um dos aspetos – quer nas comemorações do SPGL, pelos seus 50 anos, quer no próprio seio da FENPROF – a avaliar. O que é que este ano foi, também em termos da surpresa que, eventualmente, terá acontecido; e como é que nós poderemos fazer-lhe face, se não quisermos hipotecar o sindicalismo para uma visão muito radical que também não nos leva a lado nenhum.

Do meu ponto de vista, teremos de ter estas ponderações. Não é estar a criar dificuldades à necessidade de uma ação, que temos de ter sempre, como sindicato. Mas ter em conta as realidades atuais, saber exatamente que objetivos queremos, como é que os poderemos atingir. E não lançar os professores para um conjunto de ações que depois, efetivamente, não têm resultados ou com objetivos que dificilmente poderão ser atingíveis. Essa reflexão, penso que a teremos de fazer.

Cátia Domingues

Estamos num processo de luta que é uma maratona e não um sprint. ■

Uma campanha em tempos de luta

As eleições de 2023 para o SPGL decorreram num ambiente fortemente influenciado pela ofensiva do Governo contra os Professores e contra a Escola Pública.

Ofensiva que é, sem qualquer dúvida, a mais violenta após o 25 de Abril.

Terá, eventualmente, sido essa situação que levou correntes sindicais que se defrontaram em eleições anteriores a convergirem numa única lista.

Lista essa que seria também “Lista Única”, caso não nos tivéssemos apresentado a eleições.

(Como, aliás, vimos fazendo há longos anos, com uma interrupção, em 2015, por motivos estranhos à nossa vontade.)

E fazêmo-lo, não para sermos “diferentes”, mas porque, desde o nosso aparecimento (Grupo de Sindicalistas Independentes/ “Autonomia Sindical”), que defendemos, no SPGL e na FENPROF, um Sindicalismo Autónomo, Democrático e Combativo, independente de quaisquer “aparelhos”, assente na consulta democrática aos Professores sobre questões fundamentais para a Classe, e com Planos de Luta com objectivos claros e mobilizadores e culminando na greve às avaliações.

E estes têm sido traços identitários e claramente distintivos em relação a outras correntes sindicais que têm concorrido às eleições do SPGL.

Tal como também, desta vez, o foram em relação à Lista A.

Razões mais do que suficientes, se outra não existisse, para a nossa candidatura.

E essa outra razão existia – e continua a existir: assegurar aos sócios do SPGL a existência de uma alternativa de voto, evitando que estas eleições se tornassem num mero ritual para cumprimento de normas estatutárias.

E terá sido a importância da existência dessa alternativa e, sobretudo, o reconhecimento da nossa posição de independência em relação a quaisquer “aparelhos” (partidários ou outros) e da necessidade

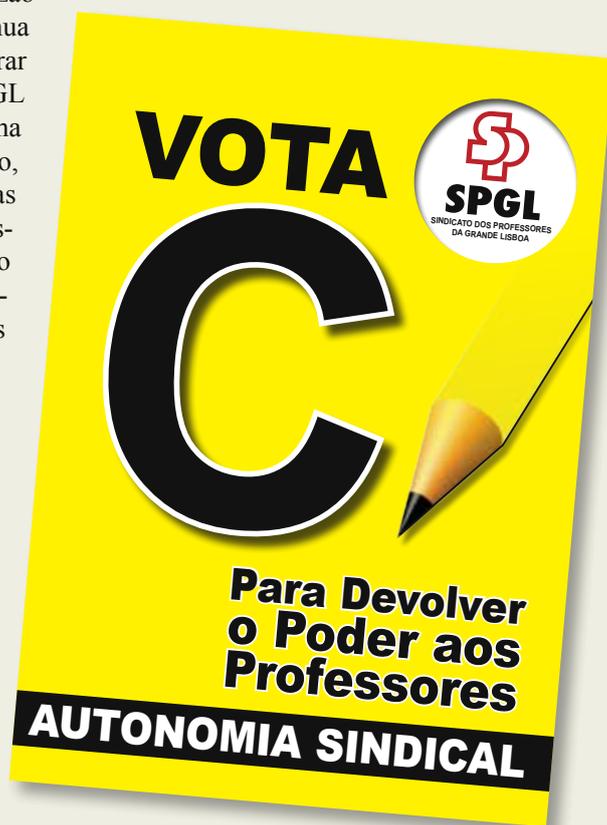
de consultar democraticamente os Professores sobre as grandes opções sindicais, principalmente (mas não só!) em momentos de Luta intensa, como aquele que vivemos, que levou 411 sócios a votarem na Lista C, conduzindo à eleição de 4 elementos para o Conselho Geral e quadruplicando o resultado de 2019.

Conselho Geral no qual continuaremos a nossa Luta por um SPGL e uma FENPROF cada vez mais fortes e combativos.

O que nos leva a formular três observações que, neste momento, são particularmente relevantes:

. O SPGL tem de continuar a manter uma rigorosa independência em relação a aparelhos partidários (ou outros...).

. O SPGL (e a FENPROF) não podem, em caso algum, alinhar



em manobras de diversão, promovidas pelo Governo do Sr. António Costa em torno de questões menores (muito menores!) com o intuito de desviar a atenção da Luta dos Professores pela Escola Pública e pelos seus Direitos sócio-profissionais.

. O SPGL (e a FENPROF) têm de ter um cuidado extremo com a comunicação pública, não podendo transmitir, em momento algum, uma impressão de fragilidade (ou de enfraquecimento...) em relação ao Poder (Governo, ME ou outro).

E agora – juntos num Sindicato mais forte – vamos à Luta, que continua e não pode parar!

NÃO PARAMOS! ■



A cultura “woke” contrário especular da extrema-direita

Joaquim Jorge Veiguinha

O termo ‘woke’ significa acordar, despertar, estar vigilante. Nos países anglo-saxónicos tornou-se sinónimo de defesa das mulheres, minorias discriminadas e reprimidas, particularmente dos negros, transgéneros e das orientações sexuais ‘heterodoxas’ – homossexuais e lésbicas – que lutam pelo reconhecimento da sua diversidade e inclusão na sociedade em condições de igualdade com a maioria dos mortais. Estes direitos estão a ser postos em causa nos EUA, o centro irradiante da cultura «woke», por parte da extrema-direita republicana, com particular destaque para o governador da Florida, Ron de Santis, candidato às primárias do Partido Republicano, que se tem destacado na perseguição e expulsão de professores universitários de esquerda. «Nunca iremos» – afirmou – «render-nos à multidão ‘woke’, e vamos meter a ideologia ‘woke’ no caixote do lixo da história» (DN, 12/06/2023). Esta personagem sinistra – que em nada difere de Trump, antes pelo contrário, já que o ex-presidente, ao que consta, não expulsou professores das universidades norte-ameri-

canas – já retirou o estatuto de gestão autónoma que a Disney desfrutava desde 1967 no seu estado, por esta empresa se opor às suas medidas legislativas. Diversas grandes marcas têm sido atacadas, com a acusação de promoverem a cultura ‘woke’, pela extrema-direita, evangélica, calvinista-puritana – o calvinismo-puritanismo é atualmente uma forma de neofascismo, racismo e anti-igualitarismo cuja origem remonta ao seu fundador. Chegou-se ao ponto de considerar na lixeira das redes sociais que o arco-íris ilustrativo da capa do álbum *The Dark Side of the Moon* dos Pink Floyd, na data da celebração dos seus cinquenta anos, é representativo e promotor da bandeira ou insígnia das orientações sexuais minoritárias.

A cultura identitária ou da «armadilha da diversidade»

Este ataque à cultura ‘woke’ é, porém, apenas um aspeto de uma questão mais vasta e complexa. De facto, esta cultura produziu uma ‘nova’ esquerda, uma esquerda identitária que transforma a necessidade de reconhecimento

da especificidade ou da diversidade da sua condição numa identidade exclusivista que cultiva a diferença e secundariza cada vez mais o bem comum. Este identitarismo, para além de negligenciar a questão dos direitos universais de cidadania, o que o sociólogo francês Pierre Rosanvallon, designou por «individualismo de universalidade», que nasceu com a Revolução Francesa de 1789, com a sua divisa liberdade, igualdade e fraternidade, em benefício de um «individualismo de singularidade» que cultiva as «diferenças» e a «diversidade» em detrimento do que é comum a todos e todas, remete para segundo plano os problemas da desigualdade económica e social e da luta comum contra esta forma predatória do capitalismo oligárquico dominado pela finança transnacional, convertendo-se objetivamente numa espécie de contrário especular da direita e da extrema-direita.

Elyane Borowsky, professora universitária canadiana, num artigo publicado no número 90 da Revista de Reflexão Crítica Finisterra, fundada por Eduardo Lourenço, dá-nos alguns exemplos elucidativos: Bret Weinstein, professor de Biologia da Universidade de

Evergreen, em Olympia, no estado de Washington, foi obrigado a demitir-se por se opor à celebração do «Dia de ausência de brancos» que considerava uma ideia racista às avessas, já que tal celebração pressupunha de certa forma que todos os brancos são potencialmente racistas e, em consequência, se não aceitarem a ideologia «woke» devem ser julgados e anatemizados; na mesma universidade, os professores no início do ano letivo foram obrigados a «posicionar-se», ou seja, a revelarem a sua «identidade» – se são cisgénero, brancos (as), afro-americanos (as), gays ou lésbicas sob pena, se recusarem, de serem erradicados da universidade; as disciplinas dos departamentos de arte nas universidades «desdobram-se» numa miríade de estéticas: Decolonial Aesthetics, Feminist Aesthetics, Migratory Aesthetics, Queer Aesthetics, Prison Aesthetics, etc. (Ver Borowski, Elyane – «A Nova era Identitária: Ideologia ‘Woke’ e ‘Cancel Culture’», Finisterra,

Em 2020, J. K. Rowling, autora da série de livros sobre a personagem Harry Potter que criou, foi acusada de «transfobia» por ter defendido no Twitter que só as mulheres podem ter regras menstruais. Mais recentemente foram instaurados processos de censura e alteração de conteúdos de obras literárias de autores que já faleceram: é o caso recente da britânica Enid Blyton, autora de livros para adolescentes na faixa dos 13-14 anos, por os seus livros serem acusados de promoverem o racismo, a xenofobia e o sexismo.

nº 90, Lisboa, Fundação Res Publica, fevereiro de 2022, pp. 103-131). Em suma, é aquilo que o filósofo espanhol Daniel Barnabé designou por «armadilha da diversidade», em que o mundo se fragmenta num conjunto de mónades leibnizianas sem janelas ou de vasos incomunicantes, em que os significados gerais, conceptuais são erradicados: por exemplo, já não há verdadeiramente uma estética, mas «várias» estéticas todas com a mesma pretensão de legitimidade na esfera pública.

Em 2020, J. K. Rowling, autora da série de livros sobre a personagem Harry Potter que criou, foi acusada de «transfobia» por ter defendido no Twitter que só as mulheres podem ter regras menstruais. Mais recentemente foram instaurados processos de censura e alteração de conteúdos de obras literárias de autores que já faleceram: é o caso recente da britânica Enid Blyton, autora de livros para adolescentes na faixa dos 13-14 anos, por os seus livros serem acusados de promoverem o racismo, a xenofobia e o sexismo. Convocam-se alegados «sensitive readers» para expurgarem as obras dos autores das expressões condenadas pela cultura «woke» que se transforma assim numa «cancel culture». Há algum tempo o jornal humorístico francês Charlie Hebdo, citou uma exposição de obras do pintor Paul Gauguin numa galeria inglesa, em que os visitantes são avisados que este era um «abusador» de jovens raparigas taitianas e que, por conseguinte, os seus quadros deviam ser apreciados com grandes reservas. E os exemplos multiplicam-se num processo de reinstauração de uma nova forma de censura, de um novo «Índice» de obras de leitura não aconselhável ou mesmo banidas das bibliotecas.

A morte do macho alfa

Perante os ataques da direita e da extrema-direita aos direitos das mu-

lheres, desenvolve-se outro contrário especular, um feminismo ultrarradical que considera o homem, e o seu falo erétil, como violador potencial e alvo a abater. Para a italiana Barbara Alberti, «o símbolo do falo é reiterado como um elogio, a este são erguidos monumentos alusivos e augurais – o obelisco, a coluna, a torre, que subentendem a assustadora pergunta – estarei à altura? enquanto o anárquico apêndice continua e faz como lhe apraz. A ereção dá um sentimento de onnipotência». E prossegue: «O macho faz a guerra, misseis, raios e bombardeamentos», como compensação e sublimação da sua «mania erétil» (L'Espresso, 23/10/2023). No entanto, o macho alfa, segundo Barbara Alberti, atravessa uma crise profunda, pois, «sente-se julgado, pior, avaliado, na cama – como um ser conformado de modo muitíssimo diferente e incapaz de compreender o drama do membro masculino. Não há paridade na cama. A mulher está em vantagem.» Ou seja, da falocracia passou-se para a vaginocracia, um notável progresso. «Não chores», porém, macho – conclui – que «estragas a maquilhagem. continuaremos a acolher-te como sempre desde o início do mundo, perdoados-nos a um e a outra o facto de sermos humanos.» Mas que enorme generosidade e extraordinária magnanimidade! Se pensam que este ataque à minha «virilidade» masculina, como se tal fosse um anátema de que me devo penitenciar, envergonhar, confessar e arrepende perante o tribunal do feminismo «woke», onde poderei ser condenado, num irreversível processo de arrependimento autoinfligido, a cortar, na prática, voluntariamente o meu pénis, como o protagonista do filme Ciao Maschio de Marco Ferreri, confesso, em bom italiano, que, com os meus quase 70 anos, tal «non me ne frega» sequer «un fallo». Admiram-se então que, a coberto dos delírios da ideologia «woke», a extrema-direita se sintam cada vez mais legitimada em Itália, onde até já é governo, e em outras latitudes? Eis a questão. ■

Caravana na EN2 reforçou a luta dos professores

Dando continuidade à luta dos professores e educadores pela contagem integral do tempo de serviço prestado e pela reestruturação da carreira docente de modo a eliminar as graves distorções e injustiças que atualmente a deturpam, a PLATAFORMA SINDICAL que integra a FENPROF organizou uma caravana que percorreu a mítica Estrada Nacional 2 (EN2). Foram programadas 6 etapas, procurando aproximar a duração da iniciativa ao tempo roubado - 6 anos, 6 meses e 23 dias, que o ME insiste em não contar para a progressão na carreira. A iniciativa arrancou em Chaves (quilómetro 0), no dia 22 de maio e terminou em Faro, no dia 30 do mesmo mês. Na área do SPGL a caravana esteve em Abrantes durante a 5ª etapa, que ligou Sertã a Ponte de Sor. Pode ler o Diário da Caravana na página da FENPROF. Veja aqui: <https://www.fenprof.pt/diario-da-caravana-pela-profissao-docente-e-pela-escola-publica-pela-en2>



22-30 maio
pela EN2

CARAVANA
pela Profissão Docente e pela Escola Pública

Professores e Educadores exigem **RESPEITO!**
Em **LUTA** por uma Escola Pública de Qualidade para todos!

22	Chaves (0 km)
23	Coimbra (120 km)
24	Beja (150 km)
25	Algarve (170 km)
26	Faro (200 km)
27	Faro (200 km)
28	Faro (200 km)
29	Faro (200 km)
30	Faro (200 km)

6.6.23 foi dia de greve e manifestações

Face à intransigência do M.E e do governo, a PLATAFORMA SINDICAL que integra a FENPROF estabeleceu o dia 6 do mês 6 (junho) de 23 (2023), simbolizando os 6 anos, 6 meses e 23 dias que falta recuperar do tempo de serviço efetivamente trabalhado, como dia de greve nacional e de manifestações centradas no Porto e em Lisboa. Por todo o país, e nomeadamente na área do SPGL, foram muitas as escolas encerradas e com adesão elevada à greve. Em Lisboa, milhares de docentes encheram por completo o espaço fronteiro à Assembleia da República concluindo um trajeto iniciado na praça Marquês de Pombal. ■



Greves às avaliações e aos exames

Ministério recorre aos “serviços mínimos”

Os sindicatos de professores que integram a PLATAFORMA, face à absurda posição do ministério de não querer negociar a recuperação do tempo de serviço, nem a abolição das vagas e quotas de acesso aos 5º e 7º escalões, nem a maioria das reivindicações que lhe foram apresentadas num memorando em agosto de 2022, decidiram convocar greves às avaliações, incluindo às provas de aferição dos dias 15 e 20 de junho (1º ciclo), e aos exames nacionais. Em vez de negociar, o M.E. recorreu ao “expediente – serviços mínimos” para impedir o sucesso das greves, propondo os, de facto, “serviços máximos”, posição que teve cobertura nos Tribunais Arbitrais convocados para o efeito. A esta prepotência escaparam apenas as greves às provas de aferição - o que, de facto, levou a que elas não se realizassem em inúmeras escolas, envolvendo milhares de docentes do 1º ciclo. Com esta greve os sindicatos denunciam também o facto de o Ministério da Educação, apesar de o ter anunciado, continuar sem atender às reivindicações dos professores em monodocência, nomeadamente as condições de trabalho, os horários, e a diminuição do número de alunos por turma. Para os momentos de avaliação, foram impostos serviços “mínimos” que OBRIGAVAM à nomeação do número de docentes que garantissem a realização das avaliações, ou seja, inviabilizando de facto o direito à greve.

Também para os exames nacionais foram decretados serviços “máximos” deixando antever que, como aconteceu em 2005, mesmo com a adesão massiva dos professores, os exames acabem por se realizar. Os “serviços mínimos” – arma da força bruta contra a razão dos professores – poderão provocar a ineficiência das greves decretadas, mesmo com uma elevadíssima adesão dos docentes. Mas não diminuirão a revolta dos docentes nem a sua decisão de continuar uma luta cuja justiça só M.E. e o governo questionam. ■



Sindicatos da Plataforma enviam carta aberta ao ministro da Educação

Com o título “É urgente uma negociação que resolva, de facto, os problemas que afetam os professores e as escolas”, os sindicatos “reafirmam total disponibilidade para retomar o diálogo e a negociação consequentes, pelo que importa haver igual disponibilidade da parte dos responsáveis do Ministério da Educação para tal, ainda no presente ano escolar”. O retomar do processo negocial, indispensável uma vez que “a tutela ignorou as propostas que lhe foram apresentadas pelas organizações sindicais no início do ano letivo”, deve possibilitar “o regresso à tranquilidade no funcionamento das escolas”, sendo para isso indispensável uma postura negocial por parte do ME radicalmente diferente da que até agora assumiu. A carta sublinha que “As organizações sindicais privilegiam o diálogo e a negociação como caminho para a resolução dos problemas pelo que reiteram a sua disponibilidade para tal”.

Leia aqui a versão integral da Carta Aberta ao Ministro da Educação:

<https://www.fenprof.pt/e-urgente-uma-negociacao-que-resolva-de-facto-os-problemas-que-afetam-os-professores-e-as-escolas>





Consulte a nossa página em

www.spgl.pt

Conferência Semear Abril

Escola Secundária de S. João da Talha comemora o 25 de Abril

• Maria José Maurício

Comemorar o 25 de Abril nas Escolas é afirmar a defesa dos valores da liberdade e a garantia do futuro democrático. É um ato de cidadania que se afirma pela ação empenhada dos professores, dos alunos e da comunidade educativa por todo o país. Na região de Lisboa, dinamizam-se iniciativas, desenvolvem-se sinergias e valorizam-se os resultados, divulgando-os como exemplos a seguir.

Da Escola Secundária de S. João da Talha, com o apoio da Equipa Multidisciplinar da C. M. Loures, Dr.^a Adelaide Azevedo e Dr.^a Célia Alves, recebemos a informação acerca da Conferência Semear Abril, realizada no dia 26 de Abril, nomeadamente através dos testemunhos da Professora Bibliotecária Dina Ferreira; da autora do livro, Maria José Maurício e do Sr. Comandante Jorge Bettencourt.

Sobre o significado da iniciativa, diz-nos a Professora Bibliotecária Dina Ferreira:

“No dia 26 de abril de 2023 realizou-se na Biblioteca da Escola Secundária de São João da Talha um momento de partilha sobre o 25 de abril em que tivemos a honra de contar com a participação da Dr.^a Maria José Maurício e do Sr. Comandante Jorge Bettencourt. Foi uma atividade de grande relevância na preservação da memória coletiva que temos de fomentar nos nossos alunos, no sentido de compreendermos e preservarmos os valores de abril.

Bem hajam os palestrantes, que com a sua entusiástica apresentação proporcionaram ao grupo de alunos presente um grato momento de aprendizagem.”

Em relação ao livro - Os Sonhos da Revolução dos Cravos, a autora Maria José Maurício referiu-se ao aniversário do 25 de Abril de 1974, salientando:

“Foi muito importante a presença das alunas e dos alunos que, interessadamente e em gesto amigável, honraram o momento evocativo de um acontecimento histórico que tornou realidade os sonhos da liberdade, da justiça e da paz, que o regime de ditadura impediu os portugueses de os viver durante quase 50 anos.

Na Biblioteca da Escola Secundária, repleta de livros e engalanada com cravos vermelhos, sobressaíam os rostos jovens que, atentamente, seguiam as palavras e os gestos que quem, em título de livro, procura motivar para a descoberta da história, abrindo horizontes de futuro aos jovens do presente.”

E o Sr. Comandante Jorge Bettencourt, que interveio nos acontecimentos militares do 25 de Abril, contou como aconteceu esse dia memorável, e sobre a comemoração deixou-nos as palavras calorosas:

“Não há nada a agradecer, para mim é um prazer falar do 25 de Abril aos jovens.

Pode sempre contar com a minha disponibilidade para atividades que convoquem as novas gerações para uma cidadania ativa que acrescente à memória e legado de Abril um sentido atual de juventude e de futuro.”



Como conclusão, salienta-se que a comemoração, sendo uma evocação à Revolução dos Cravos, foi também uma possibilidade de lançar desafios aos jovens presentes naquele lugar que, sendo de aprendizagem, é também chão de sementeira dos valores de Abril.■



Almerinda Bento
M.A.G. do SPGL

“Ter uma visão de futuro”

Tive, ao longo do último quadriênio de vigência dos corpos gerentes do SPGL, o privilégio de escrever mensalmente um artigo de opinião no «Escola Informação». Para além de querer agradecer a confiança que me foi dada para poder escrever sobre qualquer tema, essa experiência foi pessoalmente muito enriquecedora. Hoje, com este meu texto, quero recordar alguns dos temas essenciais que abordei e perspectivar aquilo que penso dever ser a preocupação para o futuro. Estes quatro anos foram um tempo duro, de enormes desafios, de crise profunda. Basta lembrar que vivemos uma pandemia, um abalo nas nossas vidas nunca antes vivido e com sequelas que se mantêm passados três anos. Nunca antes se falou tanto em doença mental. O SNS e a Escola Pública tiveram um papel insubstituível, muito saudado, mas logo a seguir esquecido, sobretudo pelo poder político que devia ter agradecido aos seus trabalhadores, valorizando as suas carreiras e fazendo um investimento consistente nesses dois pilares do Estado Social. Nunca como antes a democracia

esteve tão em risco; nunca como antes emergiram forças populistas, conservadoras e de extrema-direita que vieram aproveitar e capitalizar o descontentamento social por ausência de respostas básicas, culpando a esquerda e o 25 de Abril por todos os males sociais. A juntar-se à pandemia, uma guerra que serve de desculpa para tudo e um governo de maioria absoluta que segue impávido repetindo o seu mantra da estabilidade. Privilegiei em vários dos meus textos as questões dos direitos sociais e políticos. As questões de género, os problemas da violência de género e no namoro, os direitos das pessoas LGBT, das pessoas com deficiência, o problema do assédio... como problemas para os quais o poder político tem a obrigação de dar resposta, com leis e com medidas concretas. A escola que precisa de ser verdadeiramente inclusiva não se pode alhear destes temas. O avanço global dos populismos e das autocracias também se reflectiu nas preocupações dos meus textos de opinião. Os sindicatos foram sendo alvos constantes de ataques; os dois ministros que tutelaram nos últimos anos o

ministério da Educação ou não dialogavam ou apareciam como inexistentes, ou então fizeram um simulacro de negociação até que puseram um ponto final no diálogo. De que valem as palavras que se proferem numa Cimeira da ONU com o tema «Transformar a Educação», quando, em vez de investir, envolver e confiar nos professores, se ignora um dos seus fundamentos que é pôr no centro os profissionais da Educação?

Quis, aqui, sintetizar muito brevemente os temas essenciais que mereceram as minhas reflexões nestes últimos quatro anos, reconhecendo que no final de um ano duríssimo de lutas que assumiram formas tão diversas, o futuro não é fácil.

Mas, logo a seguir, quero lembrar-me das palavras que o professor António Sampaio da Nóvoa proferiu na Conferência da FENPROF, no início de Maio deste ano, na Aula Magna. A sua conferência teve como título: “Professores - Libertar o Futuro”. Nas suas palavras, sempre inspiradoras, perguntava o professor António Nóvoa: “Para que servem os professores? Servem para libertar o futuro, alargar, mudar

destinos.” E lembrava Albert Camus que, no dia em que recebeu a notícia de ter sido galardoado com o Prémio Nobel, o seu primeiro pensamento foi para o seu professor, Monsieur Germain. Ciente dos problemas com que os professores se confrontam – falta de professores, burnout, precariedade – o professor Sampaio da Nóvoa dizia “O problema não é só nosso, mas também é nosso.” E terminava com uma nota de esperança, pondo sempre a tónica na palavra-chave “futuro”.

“Há que dar um horizonte de futuro à profissão; ter uma visão de futuro.”

Termino também com uma ideia forte nessa Conferência da FENPROF, desta vez de um convidado da Universidade de Nottingham que referiu que muitos dos problemas que os professores portugueses identificam são também os problemas dos professores de todo o mundo, nomeadamente do Reino Unido, pelo que são precisas mudanças ambiciosas e que só com sindicatos fortes é possível operar essas mudanças. Hoje mais do que nunca exige-se solidariedade internacional, unir esforços e conjugar lutas. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL

Diálogo e celebração em torno de um poeta e de um projeto



• **Lígia Calapez**
Jornalista

Foi em ambiente de festa, diálogo e, naturalmente, vivência cultural, que o Departamento de Aposentados do SPGL assinalou, dia 17 de maio, uma dupla efeméride: os 100 anos do nascimento de Eugénio de Andrade e os 10 anos de vida do projeto “O meu livro quer outro livro”.

Após um breve balanço, pelo coordenador do Departamento, Bráulio Martins, da atividade sindical dos aposentados, suas reivindicações e apoio solidário aos professores no ativo e outras lutas, foi o momento de uma circunstanciada apresentação, por Everilde Pires, da vida e obra do poeta. Apresentação pontuada pela leitura, expressiva, por diferentes professores, de alguns poemas de Eugénio de Andrade.

Algumas notas sobre o poeta

“Eugénio de Andrade, pseudónimo de José Fontinhas, foi um dos maiores poetas contemporâneos. Tem obras publicadas em várias línguas. Nasceu a 12 de janeiro de 1923, no Fundão. Foi poeta, escritor, tradutor... Em setembro de 2003 a sua última obra Os sulcos da sede foi distinguida com o prémio de poesia do Pen Clube Portu-

guês. Morreu a 13 de junho de 2005”. Esta a sucinta informação projetada durante o evento.

Do muito que foi dito e refletido sobre o poeta, entre a apresentação da sua obra e os poemas lidos, de referir o destaque dado a alguns elementos que marcam/influenciam a sua poesia: os lugares onde mais tempo permaneceu, a sua formação enquanto cidadão (pela palavra), a língua como herança; temas que lhe são caros, como os velhos, ou as plantas, as rosas como símbolo da perfeição, a brevidade da vida (deixar a plenitude), a homenagem a outras vidas literárias mas também a pessoas anónimas, e à mãe. E, sempre, a importância da palavra – a casa, a nossa pátria, palavra empenhada que obriga a intervir.

Uma poesia que, nas palavras de António José Saraiva, também citadas na apresentação da vida e obra do poeta, é “uma lição de rigor, de exatidão, em permanente estado de renovação. Caracterizada pelo recurso a uma linguagem clara e luminosa, exatamente proporcional à profundidade da mesma”.

“O meu livro quer outro livro”

O “pontapé de saída” para o debate em torno deste projeto foi a projeção de

um [vídeo](#) que, em imagens, sintetiza o percurso entretanto percorrido. E que, significativamente, termina com a “trova do vento que passa”.

Com um percurso não linear – como é característico de qualquer coisa viva – “O meu livro quer outro livro” (“uma das atividades mais bonitas do sindicato” de que “foi proibido de desistirmos”), alimentou um diálogo diversificado – moderado por Margarida Lopes - e mesmo o lançar de algumas pistas. Nestes 10 anos, o projeto passou por fases diversas. No início centrado na troca de livros e de comentários sobre as leituras. Depois, dando voz a convidados, a escritores, proporcionando também outros debates enriquecedores. Uma experiência que terá dado mesmo outros frutos, levando à criação, por professores, de diversos clubes de leitura.

Hoje está em causa, antes do mais, “manter aceso este interesse pelo livro e pela leitura”. Mas também, eventualmente, contribuir para dar vida ao espólio concentrado no arquivo e centro de documentação do SPGL, sem esquecer a história do próprio sindicato, a necessidade de recuperar testemunhos diversos que a documentem. Uma recomendação final (também à próxima direção do sindicato): ter sempre presente a urgência cultural e social. ■

Concurso de cartazes digitais sobre a prevenção da violência no namoro

▪ **Albertina Pena**
Dirigente do SPGL

No ano letivo de 2022/23 o SPGL levou a cabo mais uma edição de cartazes em formato digital sobre a temática “A prevenção da violência no namoro”.

Este concurso tem sido lançado anualmente tendo em conta o dia 14 de fevereiro, dia em que se assinala “o dia dos namorados”. Com este concurso pretende-se alertar os/as jovens e a comunidade educativa sobre este fenómeno da violência do namoro, nas suas várias vertentes.

Pretende -se, ainda, apelar à criatividade dos e das jovens para a elaboração de cartazes em formato digital que sirvam como uma campanha de prevenção, com o objetivo de pôr fim à violência nas relações de namoro. De forma geral tem havido uma grande participação de jovens, que concorrem com os seus trabalhos. Neste sentido, é também de salientar e saudar os/as professores/as envolvidos na motivação e acompanhamento dos/as alunos e alunas quanto à concretização dos trabalhos.

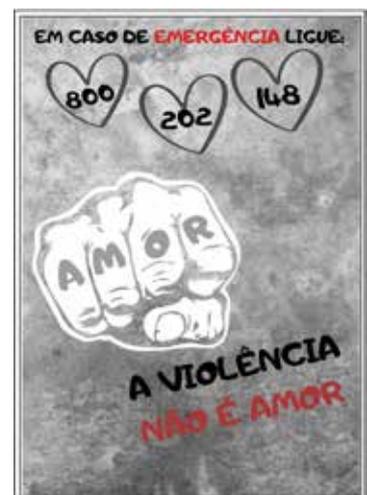
A violência no namoro é, infelizmente, um fenómeno que é necessário erradicar. Com este concurso, o SPGL pretende contribuir para que este seja um tema trabalhado e que, através da sua visibilidade, divulgação e conhecimento, se contribua para o seu desaparecimento.

Após uma votação online dos cartazes,



o júri reuniu e foram apurados os seguintes resultados: **Leticia Martins**, **cartaz vencedor**; foi atribuída uma **menção honrosa a David Ciência e Tatiana Clemente**, alunos da Escola Técnica Empresarial do Oeste (os cartazes podem ser vistos na página online do SPGL).

Desde já agradecemos a participação de todos e todas que têm mostrado interesse pelo concurso valorizando, desta forma, a temática e contribuindo para o fim da violência nas relações de namoro. ■



Legislação

I Série

• **Lei n.º 16/2023**

Valoriza o ensino politécnico, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo e o regime jurídico das instituições de ensino superior

• **Resolução da Assembleia da República n.º 29/2023**

Recomenda ao Governo o alargamento progressivo da gratuidade das creches e amas do Instituto da Segurança Social, I. P.

• **Resolução da Assembleia da República n.º 30/2023**

Recomenda ao Governo a avaliação e eventual reforço e prolongamento do Plano 21|23 Escola+, com vista à recuperação de aprendizagens

• **Decreto-Lei n.º 26-B/2023**

Promove a atualização salarial intercalar do valor das remunerações da Administração Pública

• **Portaria n.º 107-A/2023**

Fixa a atualização do subsídio de refeição, a 1 de janeiro de 2023, aos trabalhadores da Administração Pública

• **Decreto-Lei n.º 28/2023**

Estabelece um regime de atualização intercalar das pensões

• **Decreto-Lei n.º 32-A/2023**

Estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação

• **Declaração de Retificação n.º 13/2023**

Retifica a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril - altera o Código do Trabalho e legislação conexa, no âmbito da agenda do trabalho digno

II Série

• **Despacho Normativo n.º 4-B/2023**

Altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023

• **Despacho n.º 4506-A/2023**

Estabelece o calendário das matrículas e respetivas renovações para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário

• **Parecer n.º 3/2023**

Torna público o parecer sobre a proposta de diploma que prevê, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior

• **Despacho n.º 4732-A/2023**

Aprova as alterações às tabelas de retenção na fonte, que se encontram em vigor, sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem a partir de 1 de maio de 2023

• **Despacho n.º 4840/2023**

Procede à terceira alteração do Despacho n.º 779/2019, de 18 de janeiro

• **Despacho n.º 4930/2023**

Aprova as alterações às tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o segundo semestre do ano de 2023

• **Declaração de Retificação n.º 419/2023**

Retifica o Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 66, de 3 de abril de 2023

• **Despacho n.º 6164/2023**

Atualiza o apoio financeiro para os anos letivos 2021-2022 e 2022-2023, previsto no n.º 2.2 da cláusula iv do protocolo de cooperação celebrado entre os Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os estabelecimentos de educação pré-escolar, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas

ESPAÇO ABC
Galeria SPGL



Seara Nova: a importância da memória histórica

• António Avelãs



Integrada nas comemorações do seu centenário, a Seara Nova fez uma exposição no espaço António Borges Coelho (ESPAÇO ABC) na nossa sede. Uma exposição que “demonstra” uma das facetas da oposição à ditadura que nos oprimiu durante o eufemisticamente chamado “Estado Novo”, que de facto era apenas uma variação dos estados fascistas. A Seara Nova foi, apesar de fortemente atingida pela censura, um espaço de participação cívica e política congregando diferentes correntes da esquerda e mesmo de alguma direita, como se pode constatar na listagem de nomes e fotografias que integram a exposição. Uma pluralidade que pode ver-se nas múltiplas polémicas travadas nas suas páginas, algumas delas referidas e documentadas na exposição: as polémicas entre António Sérgio e Preto Pacheco (1929), entre Castelo Branco Chaves e Rodrigues Miguéis (1930), entre José Régio e Álvaro Cunhal (1939), entre António Sérgio e Abel Salazar (1937/1938), entre Mário Dionísio e João Pedro de Andrade (1943)...

A Seara Nova foi também uma importante fonte para a edição de obras de variada índole, desde clássicos da nossa literatura a romances e obras históricas de inegável valor, como é o caso da 1ª edição do trabalho “Portugal na Espanha Árabe”, de A. Borges Coelho. De realçar, como a exposição o faz, a enorme qualidade de algumas das suas capas produzidas por nomes grandes da arte portuguesa.

É uma exposição que sublinha a importância da luta das ideias, dos ideais, mesmo das utopias na definição e na construção de soluções políticas. Porque a participação ativa da Seara Nova na política “concreta” está também evidenciada nesta exposição: nas eleições legislativas (obviamente fraudulentas) de 1945, 1953, 1957 e 1969; nas presidenciais de 1949 (Norton de Matos), de 1951 (Quintão Meireles), de 1958 (Humberto Delgado). Sublinhada também a enorme importância para a luta democrática do III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973.

A Seara Nova diz muito à geração que cresceu e viveu sob o regime ditatorial porque nela reconhece a importância para a resistência; para os mais novos, contudo, é desconhecida. Até pelos “ensinamentos” que proporciona para as lutas políticas atuais e vindouras, é de propor à direção do SPGL uma ou mais conferências com os atuais seareiros. Porque a memória histórica é parte fundante do futuro. ■

Contrato a termo resolutivo

Dando ainda continuidade à matéria que tenho vindo a abordar (regulada pelo D.L. nº 132/2012, de 27 de junho na redação do D.L. nº 83-A/2014, de 23 de maio e pelo Decreto-Lei nº 28/2012 de 15 de março), nesta rúbrica vou abordar os regimes do “Contrato a termo resolutivo”, da “retribuição” e as “situações especiais” relativas à matéria em questão.

No que respeita à primeira matéria (que se encontra tutelada pelo artigo 42º do supra identificado diploma legal) importa referir o seguinte:

O contrato em questão não possui um período de duração fixo já que o quadro legal em questão (artigo 42º) determina que o mesmo possui uma duração mínima de 30 dias e máxima de um ano escolar ou seja, a respetiva duração pode não ser a mesma em todas as situações. Por sua vez, os contratos a termo resolutivo sucessivos celebrados com horário anual e completo no mesmo grupo de recrutamento **têm o limite legal de 5 anos ou 4 renovações**. A verificação do limite legalmente referido determina a abertura de vaga no quadro de zona pedagógica do último estabelecimento de ensino em que o docente lecionou.

No caso de se tratar de renovação de contratos a termo resolutivo em horário anual e completo, o legislador faz depender a mesma do **preenchimento cumulativo** de um determinado número de requisitos a saber:

- “a) Inexistência de docentes de carreira no grupo de recrutamento a concurso e que tenham manifestado preferência por esse agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
- b) Manutenção do horário letivo anual e completo, apurado à data em que a necessidade é declarada;
- c) Avaliação de desempenho com a classificação mínima de bom;
- d) Concordância expressa das partes.”

Há que esclarecer que a referida renovação dos contratos em questão “...é sempre subsidiária à satisfação das necessidades por docentes da carreira”.

Quando se trate da lecionação “...de disciplinas ou módulos da sua disciplina de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário...” o contrato apenas vigora pelo período de duração do serviço letivo distribuído e dos procedimentos de avaliação. Este contrato é tutelado pelo **artigo 76º do ECD (Estatuto da Carreira Docente)** que regula o regime de duração semanal de trabalho.

No caso de substituição temporária do docente o contrato “...vigora pelo tempo necessário à sua substituição ou até ao 3º dia útil a contar do dia imediato ao da apresentação do docente substituído.” Contudo, no caso

de o docente substituído se apresentar durante o período de avaliações, o contrato vigora até à sua conclusão. Por sua vez, se o docente se apresentar durante o período relativo à prestação de trabalho de avaliações, o legislador prevê que o contrato se mantém em vigor até à sua conclusão.

Caso se verifique a limitação constante do disposto no nº 2 do artigo 42º em questão, há lugar à abertura de vaga no quadro de zona pedagógica “...onde se situa o último agrupamento ou escola não agrupada em que o docente lecionou”.

Para os efeitos supra referidos, o legislador entendeu que “...só releva o tempo de serviço prestado em estabelecimento de educação ou ensino da rede do Ministério da Educação e Ciência, em grupo de recrutamento, com habilitação profissional e componente letiva, sem prejuízo do disposto nas situações especiais previstas na lei”, sendo que os respetivos contratos de trabalho e as renovações são outorgados pela Direção do Estabelecimento de Ensino.

O pessoal docente em causa é remunerado pelo índice 167 sendo que o mesmo é calculado com base na proporção do período normal de trabalho semanal.

Logo que complete 1461 dias de serviço em horário anual, completo e sucessivo, o docente passa a ser remunerado pelo índice 188.

Contudo, a referida transição encontra-se sujeita ao cumprimento cumulativo dos requisitos que se indicam:

- “a) Avaliação anual de desempenho com a menção mínima de Bom;
- b) Frequência, com aproveitamento, de formação contínua no número de 50 horas.”

Finalmente, e no que diz respeito ao período experimental e denúncia de contrato destes docentes, o legislador determinou o seguinte:

- Que o mesmo “é cumprido no primeiro contrato celebrado em cada ano escolar”;
- Que ao mesmo se aplica o regime aplicável aos contratos de trabalho em funções públicas;
- Que a denúncia do contrato no decurso do período experimental determina o impedimento do seu regresso, nesse ano escolar, à reserva de recrutamento ou outra colocação no mesmo agrupamento;
- Que a denúncia do contrato fora do período experimental é impeditiva da celebração de qualquer outro contrato.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria em questão poderão os sócios do SPGL recorrer ao Gabinete de Apoio a Sócios e aos Serviços Jurídicos do mesmo. ■

SEM EDUCAÇÃO que futuro para o país?!

Brevemente
na sua caixa
de correio

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

membro da FENPROF



SPGL